



3º Seminário Estadual
Água e Saúde

24 de outubro de 2019

TEMA:
**Revisão da
Portaria de
Potabilidade**



Realização

ABES-RS

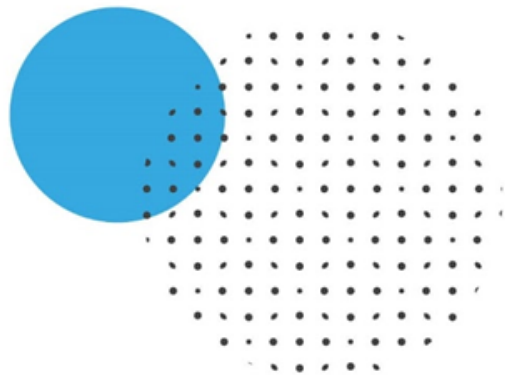
CEVS

Parceiro Institucional

GOV.RS

NOVAS PAGAMENTOS

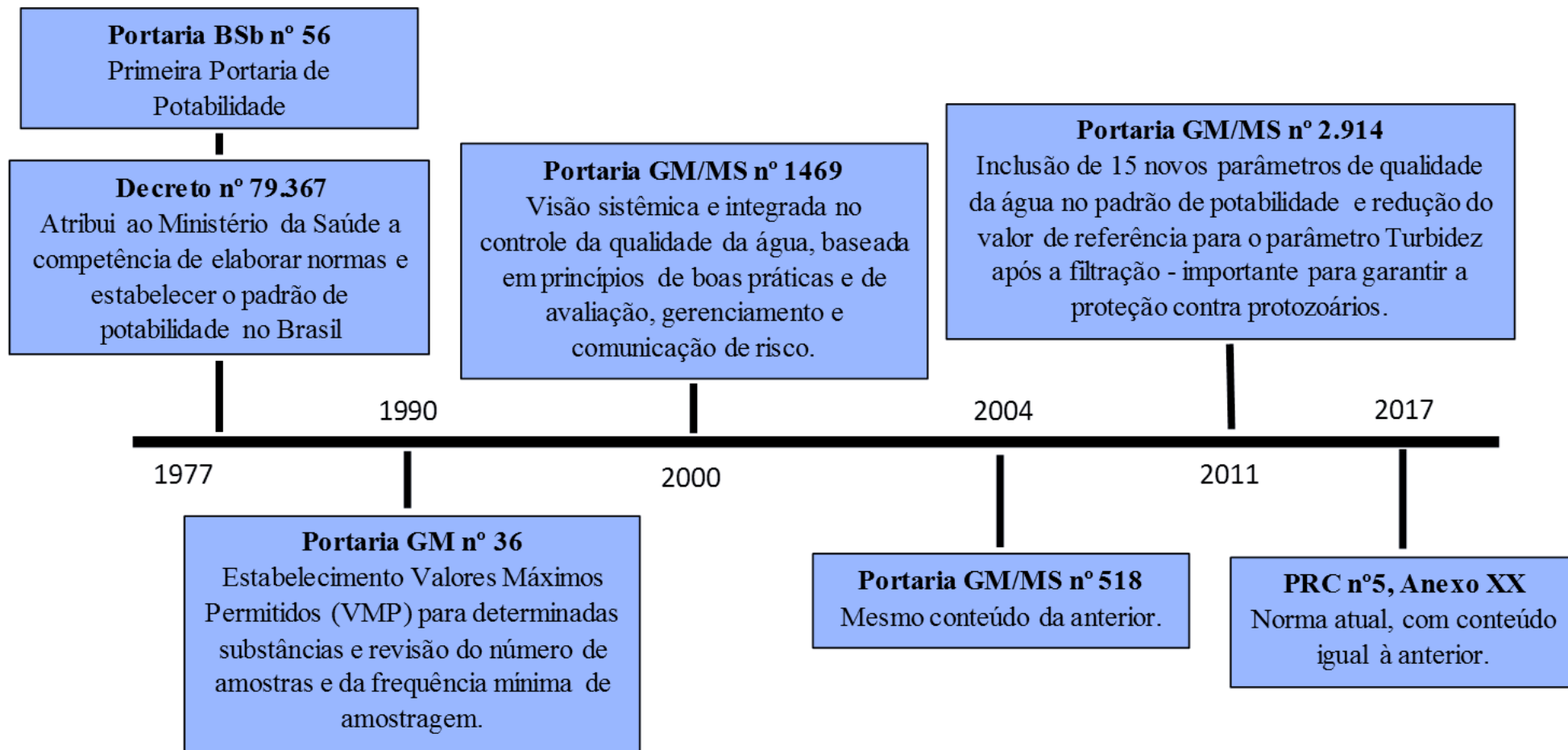
“Os desafios da definição de parâmetros de qualidade da água de abastecimento para o Brasil”



16
SVS ANOS

PROCESSO DA REVISÃO DA NORMA DE POTABILIDADE DA ÁGUA

Histórico das normas brasileiras



PROCESSO DA REVISÃO DA NORMA DE POTABILIDADE DA ÁGUA

**Pilares do processo de revisão:
Procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade**

Prevenção de
riscos à saúde

Evidências
científicas
(realidade
brasileira)

Participativo
(diversos setores)

Democrático

Construção de
consenso



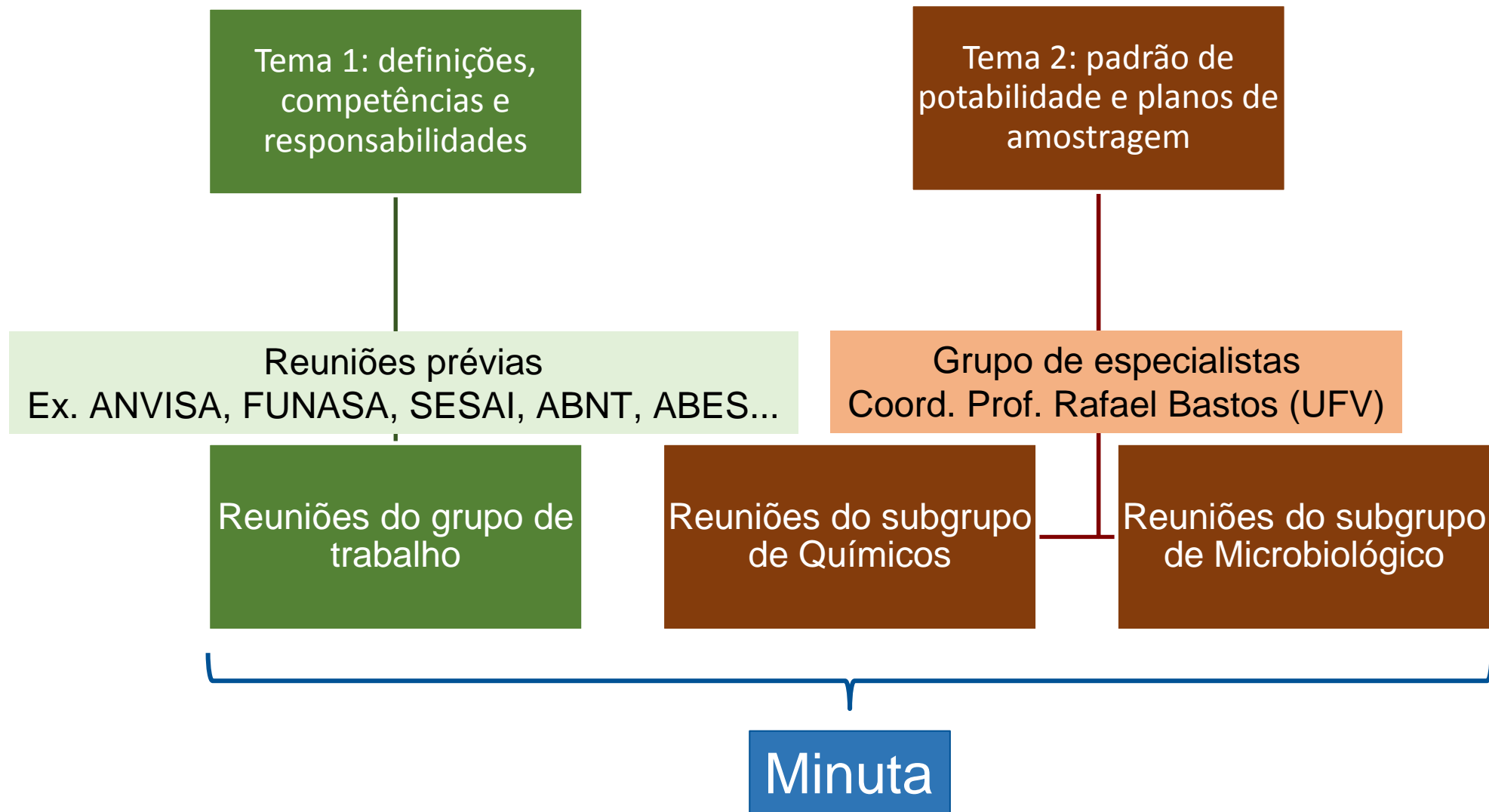
PROCESSO DA REVISÃO DA NORMA DE POTABILIDADE DA ÁGUA

Instituições Participantes/Colaboradores

MS (SVS, SAS e SESAI)	MMA	UFV	ABIQUIM
OPAS	CONAMA*	UnB	ABNT
FUNASA	CNRH*	UFOP	ABES
ANVISA	ANA	UFJF	ABAR
FIOCRUZ	MDR	UNICAMP	ABAS
CNS	MD	UFRJ	IDEC*
CONASS	CNEN	USP	ABRASCO*
CONASEMS	MPF	UFMG	
AESBE	ASSEMAE	ABCON/SINDCON	

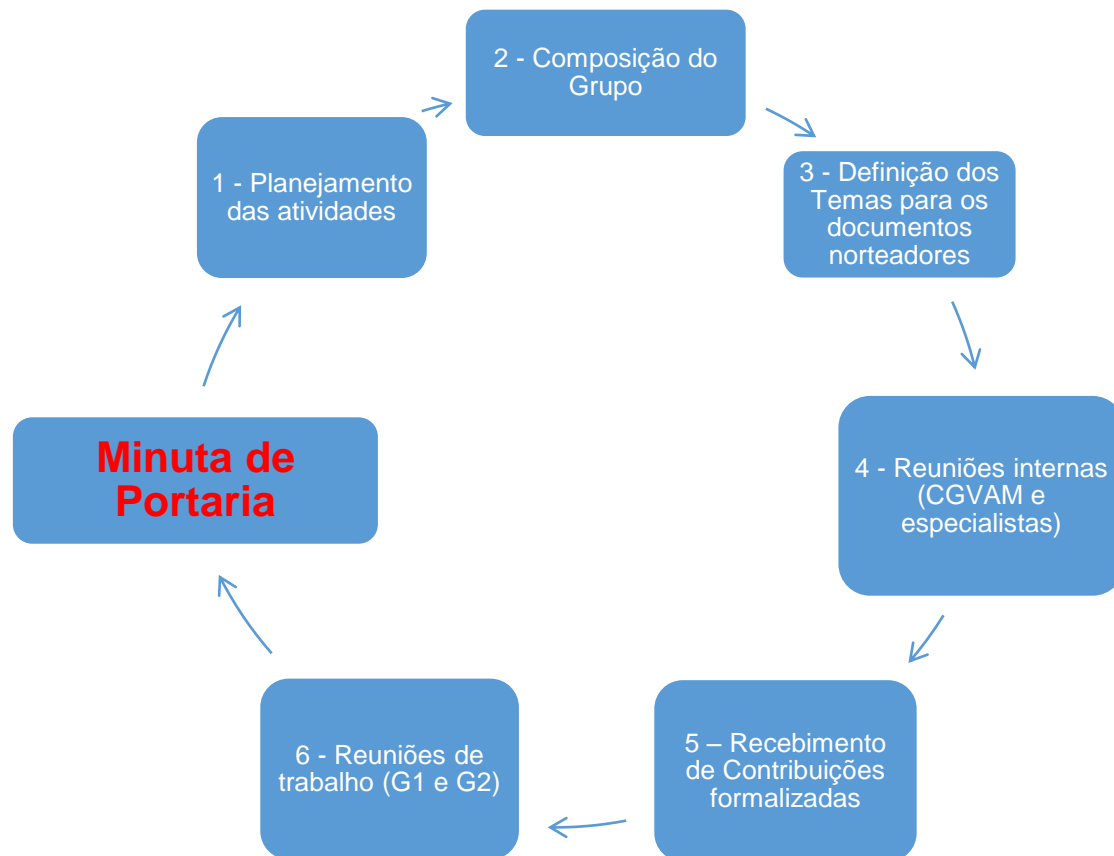
* Não enviaram representantes

PROCESSO DA REVISÃO DA NORMA DE POTABILIDADE DA ÁGUA



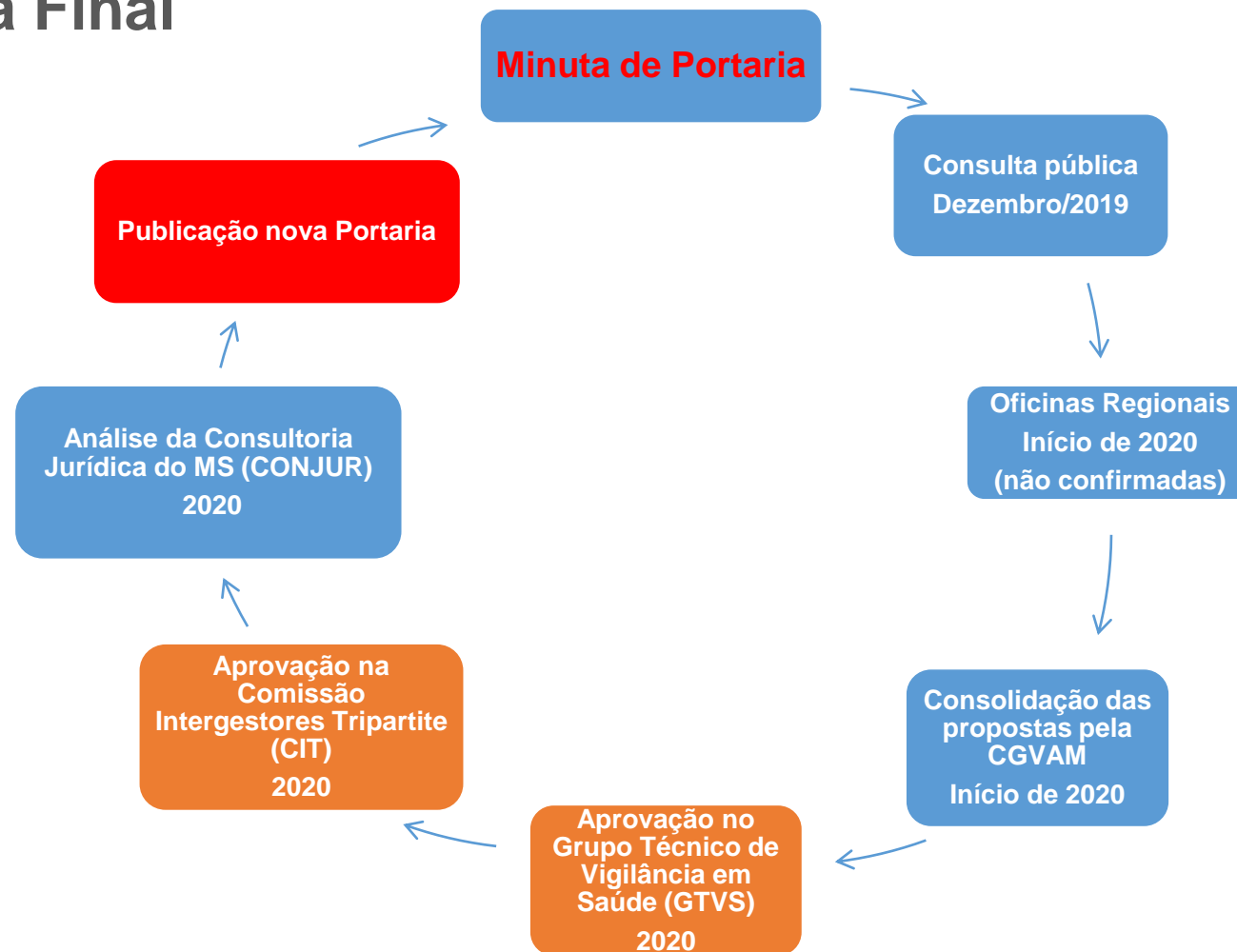
PROCESSO DA REVISÃO DA NORMA DE POTABILIDADE DA ÁGUA

Etapa Inicial



PROCESSO DA REVISÃO DA NORMA DE POTABILIDADE DA ÁGUA

Etapa Final



PROCESSO DA REVISÃO DA NORMA DE POTABILIDADE DA ÁGUA



2014	2015	2016
Contribuições por Hotsite	Consulta pública	Reunião com G1 (tema 1)
Reunião com colaboradores e especialistas	Reunião estendida (temas 1 e 2)	Reuniões temáticas do G1 (tema 1)
		Reuniões com coordenadores responsáveis pela elaboração dos documentos base (tema 2 padrão de potabilidade)

PROCESSO DA REVISÃO DA NORMA DE POTABILIDADE DA ÁGUA



2017	2018	2019
Reuniões com coordenadores responsáveis pela elaboração dos documentos base (tema 2 padrão de potabilidade)	Reuniões G1 Competências e responsabilidades (tema 1)	Reunião G1 Competências/responsabilidades (tema 1)
Reunião G2 (tema 2)	Reuniões G2 Substâncias inorgânicas e produtos secundários da desinfecção	Reuniões G2 Agrotóxicos, turbidez, protozoários, CT e padrão bacteriológico
Elaboração da parte da minuta Competências/responsabilidades (tema 1) CGVAM	Reuniões temáticas G1 Produtos químicos e materiais	Reuniões G2 Cianobactérias/Cianotoxinas, Substâncias Orgânicas, Fármacos e Plano de Amostragem



PROCESSO DA REVISÃO DA NORMA DE POTABILIDADE DA ÁGUA

1 – Desafios na definição de competências e responsabilidades

- Descrever de forma clara e objetiva a aplicação da norma e a não aplicação da norma, bem como sua interface com outras normas e resoluções (ex: água mineral natural, água natural e às águas adicionadas de sais, após o envasamento, etc.);
- Decisão sobre a atuação da vigilância em situação de emergência e intermitência;
- Competências relacionadas ao fornecimento e transporte de água potável por meio de veículo transportador;
- Decidir sobre quais dispositivos são relevantes e imprescindíveis para constar na norma e quais poderiam ser levados para outros documentos orientadores (diretrizes, portaria comentada, etc);
- Decidir sobre artigos relacionados a competências de outras instituições.
- Definir competências e responsabilidades quando o sistema ou a solução alternativa é operado pela própria comunidade



PROCESSO DA REVISÃO DA NORMA DE POTABILIDADE DA ÁGUA

2 - Desafios na definição das substâncias químicas

- Limitações das informações disponíveis sobre ocorrência em mananciais.
- Limitações das informações disponíveis sobre a dinâmica ambiental.
- Limitações das informações sobre comercialização e uso.
- Dificuldades analíticas.
- Definição de parâmetros a serem monitorados em todo o país.
- Definição sobre o caráter mandatório ou desejável do padrão organoléptico.

2.1 – Abordagem utilizada para definição de substâncias químicas

- Constar em normas utilizadas como referência: Austrália, Nova Zelândia, Estados Unidos e Canadá e as diretrizes da OMS.
- Principais usos das substâncias e fontes de contaminação da água.
- Ocorrência em mananciais de abastecimento de água e em água tratada e distribuída para consumo, com especial atenção à realidade brasileira.
- Dinâmica ambiental da substância.
- Métodos de análise laboratorial e limites de detecção (LD) e de quantificação (LQ).
- Remoção no tratamento de água.
- Aspectos toxicológicos.



PROCESSO DA REVISÃO DA NORMA DE POTABILIDADE DA ÁGUA

2.2 – Abordagem utilizada para definição dos Agrotóxicos

- **Etapa I - Definir a base para pré-seleção de agrotóxicos, considerando:**
 - compõe o padrão de potabilidade atual (PRC n. 05/2017);
 - compõe o padrão de potabilidade ou é mencionado nas Normas EUA, CAN, NZL, AUS e OMS ou se é candidato à regulamentação por tais agências;
 - apresenta comercialização relevante no país.
 - Conclusão: 231 substâncias candidatas (135 autorizados e 35 não autorizados pela ANVISA e 61 não mencionados pela ANVISA)
- **Etapa II – Levantamento das informações sobre os compostos candidatos:**
 - Usos/fontes de contaminação;
 - ocorrência em mananciais e água tratada;
 - dinâmica ambiental;
 - metodologia análise;
 - remoção no tratamento água;
 - aspectos toxicológicos;
 - comparação VMP entre as normas.
- **Etapa III - Critérios para priorização dos agrotóxicos:**
 - Dinâmica ambiental: Potencial de ocorrerem em mananciais
 - Matriz de risco: Exposição (comercialização 2009 a 2017) e Toxicidade (IDT)
 - Ingestão Diária Tolerável (IDT) comprometida - (Fração da IDT pela ingestão de alimentos \geq 80%)



PROCESSO DA REVISÃO DA NORMA DE POTABILIDADE DA ÁGUA

4 - Desafios na definição de parâmetros microbiológicos

- Limitações das informações existentes sobre a ocorrência de patógenos em mananciais de abastecimento e água tratada.
- Dificuldades analíticas para o monitoramento de patógenos.
 - Protozoários.
 - Cianobactérias.
- Potencial de remoção em estações de tratamento de água.
- Definição de parâmetros indicadores.
 - turbidez para água filtrada (filtração rápida).
 - esporos de bactérias aeróbias (filtração rápida).
 - Concentração residual de desinfetante x Tempo de contato (Desinfecção);
 - Bactérias do grupo coliformes totais (água tratada/distribuída).
 - Escherichia coli (água distribuída)



PROCESSO DA REVISÃO DA NORMA DE POTABILIDADE DA ÁGUA

5 - Desafios para revisão do plano de amostragem do controle de qualidade da água

- Mapear o atual plano de amostragem em cada etapa do processo de abastecimento de água (SAA e SAC) para discutir e propor adequações/ inovações nos plano de amostragem, considerando:
 - Ponto de captação (água bruta).
 - Etapas do tratamento (pós-filtração/pré-desinfecção).
 - Saída do tratamento.
 - Sistema de Distribuição – Considerando que o plano atual para o sistema de distribuição não foi baseado em cálculos estatísticos.
- Custos associados.
- Dificuldades de sistemas e soluções alternativas coletivas geridas localmente.
- Especificidades relacionadas a comunidades rurais e tradicionais



PROCESSO DA REVISÃO DA NORMA DE POTABILIDADE DA ÁGUA

6 - Desafios em incorporar o PSA na Portaria

- Definir abordagem a ser adotada
 - Mandatório.
 - Recomendação.
 - Condição para solicitação de alteração das exigências constantes na norma.
 - Atribuir à Autoridade de Saúde Pública discricionariedade para exigência.
- Capacitação dos profissionais do SUS (vigilância).
- Capacitação para os prestadores de serviço (controle).
- Fomento à implementação.
- Reconhecer o PSA como ferramenta de gestão de risco e não como uma exigência “a mais”.



PROCESSO DA REVISÃO DA NORMA DE POTABILIDADE DA ÁGUA

7 – Considerações gerais

- Alcançar o consenso nos debates, tendo em vista os diferentes tipos de atuação e visão das instituições.
- Reproduzir um texto com coesão e conexão entre os artigos, incisos, parágrafos e tabelas para minimizar divergências de entendimento e interpretação da Norma.
- Traduzir todo o conhecimento acadêmico e avanços na área, de forma sistemática e adequada para a prática rotineira dos profissionais (controle e vigilância).
- Reconhecer as fragilidades locais tanto do controle como da vigilância em seguir todos os dispositivos da Norma.
- Reconhecer que alguns dispositivos incluídos em normas passadas não trouxeram avanços/melhorias e que podem ser retirados, sem nenhum prejuízo para o setor nem para sociedade.
- Reconhecer a necessidade de implementação de normas complementares, estaduais e municipais, para abranger especificidades locais.
- Reconhecer que por ser uma Portaria Ministerial, existem limitações jurídicas, e, portanto, é necessário a elaboração de Normas/Decretos estaduais, para contemplar atuação de outros órgãos estaduais que possuem relação com o tema.



PROCESSO DA REVISÃO DA NORMA DE POTABILIDADE DA ÁGUA

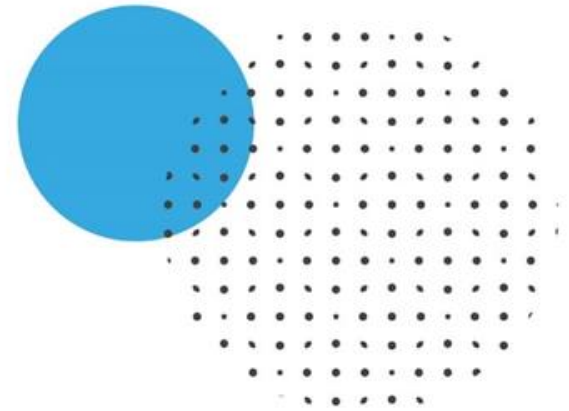
7 – Considerações gerais

- Compreender que a Norma de potabilidade é um avanço para o setor e um importante instrumento do controle social, porém, as intervenções necessárias para solucionar os problemas de qualidade da água dos mananciais são de difícil implantação no país, devido ao seu caráter interinstitucional, necessitando de alteração no modelo produtivo e a conscientização do uso de tecnologias que minimizem a contaminação dos recursos hídricos;
- Reconhecer a necessidade de alinhamento das políticas públicas brasileiras dos diversos setores envolvidos: saúde, meio ambiente, recursos hídricos, saneamento, agricultura, indústria, dentre outros, com vistas à prevenção de riscos à saúde da população.
- Acreditar que, apesar dos desafios e dificuldades, estamos no caminho certo construindo um processo que incorpora o que há de mais recente no conhecimento científico, além de possibilitar ampla discussão entre representantes de todos os seguimentos envolvidos na temática água e saúde pública.



OBRIGADA

portariams.agua@saude.gov.br



MINISTÉRIO DA
SAÚDE

